

IMPACTOS DAS REFORMAS LIBERALIZANTES DOS ANOS 1980 E 1990 SOBRE A ECONOMIA INDIANA

MARCEL M. BARBOSA¹
Nali de Jesus de Souza²

Resumo

Analisa-se os impactos das reformas liberalizantes da Índia dos anos 1980 e 1990 sobre a economia indiana. Enfocam-se dois cenários antes e depois das reformas: economia fechada (1950/1980) e economia aberta. No primeiro, a economia burocratizada e ineficiente cresceu a baixas taxas. Não havia cooperação entre governo e iniciativa privada. Na década de 1980, criou-se um ambiente favorável para a implementação das reformas liberalizantes; na década de 1990 as reformas ampliaram-se. Deste então, norteadas por políticas de abertura, a Índia cresceu 4,6% ao ano na década de 1980, 5,7% nos anos de 1990 e 6,7% entre 2000/2007. Mudanças políticas e institucionais também contribuíram com o crescimento acelerado. Porém, para sustentar o atual desempenho econômico será preciso resolver gargalos de infra-estrutura, eliminar o déficit fiscal, reformar as leis trabalhistas e modernizar o setor financeiro. Embora o crescimento econômico exija grandes esforços do governo e da sociedade, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico da Índia são plenamente atingíveis.

Palavras-chave: Crescimento e desenvolvimento econômico. Reformas liberalizantes. Abertura econômica.

Abstract

This article analyzes the impacts of the liberal reforms implanted in India during the decades of 1980 and 1990 on the Indian economy. Two economic situations are considered in the analysis: a closed economy

(1950/1980) and an open economy. In the first situation, a bureaucratized and inefficient economy grew at low rates. There was no cooperation between the public and the private sectors. In the decade of 1980 a favorable environment for the implementation of the liberal reforms was created. In the decade of 1990 the reforms were expanded. Since then, guided by policies of more openness to the international market, India grew 4.6%, 5.7% and 6.7% per year, respectively in the decade of 1980, of 1990 and during 2000/2007. Political and institutional changes also contributed for the high growth rate. But, to maintain this level of economic growth, it will be necessary to improve the infrastructure, eliminate the fiscal deficit, change labor laws, and modernize the financial sector. Although the Indian economic growth requires great efforts from the government and the society, it is perfectly plausible.

JEL : O16, O19

Key-words: Economic Development. Liberal reforms. Opening to the external sector.

Introdução

Desde meados da década de 1980, a Índia vem ganhando destaque no cenário internacional pelo expressivo e duradouro crescimento econômico obtido a partir de então. Entre as décadas de 1950 e 1980, o

crescimento médio da economia indiana não superou 3,6% ao ano, pouco acima do crescimento demográfico de 2,81% ao ano.³ Nesse período, de industrialização por substituição das importações, com fortes intervenções governamentais, a Índia atingiu baixos níveis de desenvolvimento econômico.

Contudo, a partir de então a Índia passou a crescer rapidamente: 5,6% ao ano na década de 1980; 5,7% nos anos de 1990 e 7% entre 2000 a 2007. Diante desse quadro, este estudo procura caracterizar as diferenças de políticas dos períodos 1947/1985 (seção 2) e pós-1985 (seção 3). A idéia básica do trabalho é a de que as reformas liberalizantes foram decisivas para o crescimento acelerado da economia indiana no segundo período.

Economia fechada com planejamento (1947/1985)

Ao longo do domínio inglês, a economia indiana interrompeu o processo de industrialização, tornando-se agrária. Após a independência, em 1947, a industrialização foi retomada, mas de forma fechada. Entre 1951 e 1980 ocorreu o “socialismo indiano”; as “reformas de mercado” ocorreram entre 1980/2004 (Virmani, 2006). As diferenças mais marcantes desse período foram o modo como o Estado conduziu a política econômica. No período do socialismo a economia indiana fechou-se e implantou os planos quinquenais.

¹ Mestre em Economia do Desenvolvimento – PUCRS.

² Doutor em Economia pela USP. Consultor independente.

³ Taxa de crescimento demográfico verificada entre 1963 e 1980, segundo dados da Extended Penn World Tables (http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt_index.php).

Os três primeiros planos quinquenais (1951/1966)

O período de 1950 a 1965 caracteriza-se pela redução da liberdade dos agentes econômicos, menor competitividade e maior intervenção governamental. Em 1948, o Primeiro-Ministro Nehru encaminhou ao Congresso o projeto dos Planos Quinquenais. Em 1950, criou-se a Comissão de Planejamento para formular, executar e acompanhar esses planos. O objetivo era crescimento com modernização e justiça social (PLANNING COMMISSION, 2001, *apud* NASSIF, 2006, p. 18).

O 1º Plano (1951/1966) não foi inspirado em nenhum modelo teórico ou experiências de outros países. As metas de cada setor foram fixadas pela demanda, respeitando-se as dotações de fatores e a tecnologia existente (BHAGWATI e DESAI, 1970, *apud* NASSIF, 2006, p. 17). Não houve nenhum setor prioritário, pois a principal meta era acelerar a industrialização, com a diminuição dos desequilíbrios regionais e sociais. Inspirada no socialismo soviético, a Índia teve dificuldades para obter financiamentos externos, obrigando esse país a se tornar mais fechado ainda, a exemplo da União Soviética (SOUZA, 2005, p. 279).

No 2º Plano Quinquenal (1956/1961) definiu-se que a industrialização indiana ocorreria de forma fechada, com ênfase maior nos bens de capital do que nos de consumo. A idéia era elevar a relação investimento/PIB, como no modelo soviético.⁴ Os recursos foram alocados na produção de aço, máquinas, equipamentos pesados, cimento, produtos químicos, assim como na agricultura irrigada e nos transportes (SOUZA, 2005, p. 289). Criaram-se os sistemas de licenciamento industrial e de importações, para proteger a economia. Essas medidas e a baixa produção agrícola agravaram inflação (JHINGAN, s.d., p. 524).

O 3º Plano (1961/1966) incentivou os setores de bens de capital, químico, aço, energia elétrica e de combustíveis. Transportes e comunicações receberam 24,6% dos investimentos programados; indústria,

Tabela 1 – Taxa média de variação anual de variáveis relevantes da Índia nos dois sub-períodos de crescimento com economia fechada, 1951/1980 (%)

Taxa de crescimento	Fase de intensa intervenção governamental (1950/1965)*	Fase do socialismo burocrático (1965/1980)**
PIB custo de fatores	4,1	2,9
PIB <i>per capita</i>	2,0	0,6
Taxa de pobreza ***	50,5	55,4
Produtividade total dos fatores	1,6	0,2
Consumo privado	3,7	2,8
Consumo do governo	6,6	5,1
Investimento total	7,9	4,5
Investimento público	11,6	3,7
Investimento privado	3,5	3,8
Exportação/PIB	-	4,1

Fonte: Virmani (2006)

Obs.: * Fase denominada do *Commanding heights*; ** Fase do *Leg-burocratic socialism*; *** População pobre/população total.

22,9%; agricultura e irrigação, 20,5% e energia, 14,6%. As metas não foram atingidas pela invasão chinesa (1962), guerra com o Paquistão (1965), suspensão da ajuda externa, pelos desequilíbrios externos e inflação (JHINGAN, s.d., p. 526).

Mesmo assim, entre 1950 e 1965, o PIB total e *per capita* cresceram, respectivamente, 4,1% e 2% ao ano, porém, abaixo da média mundial. O consumo e o investimento cresceram menos no setor privado que no setor público (Tabela 1). Este aumento da interferência do Estado na economia marcou o início da fase burocrática do socialismo indiano, entre 1965 e 1980 (VIRMANI, 2006, p. 15).

Os planos mais intervencionistas (1966/1985)

Nesse ambiente intervencionista, em 1971, 14 bancos foram nacionalizados. Com isso, o Estado pôde controlar os fundos de investimento privados. Entre 1971 e 1973, a Indian Iron & Steel Company foi nacionalizada. Porém, desde início dos anos de 1960 o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) vinha apresentando sinais de ruptura em todo o mundo. Na Índia, as importações haviam decrescido significativamente e havia dificulda-

de de o país efetuar novas substituições. A partir de 1965 as exportações passaram a ganhar importância; as de produtos de manufaturados passaram de 5% do total em 1960, para 15% em 1970 (SOUZA, 2005, p. 280). Com as dificuldades, entre 1966 e 1969 os planos passaram a ser anuais. No 4º Plano Quinquenal (1969-1974), o principal objetivo foi aumentar a produção de alimentos através da agricultura irrigada. Houve distribuição equilibrada dos investimentos entre os setores considerados estratégicos: energia, indústria, transportes/comunicações e serviços sociais.

Esse plano visava incrementar as exportações em 7% ao ano, para criar superávits comerciais. Para tanto, buscou-se melhorar a competitividade dos produtos exportados e reduzir importações de supérfluos. A substituição das importações foi ligeiramente modificada. O governo desejava também reduzir as desigualdades regionais, procurando evitar a concentração de indústrias em grandes cidades.

No 5º Plano (1974/1979), aumentaram-se os investimentos em setores prioritários, como metalurgia básica, exploração e refino de petróleo e fertilizantes; buscou-se, ade-

⁴ Como as indústrias intensivas em capital não geram muito emprego, incentivaram-se pequenas empresas têxteis, de fundo de quintal (*handloom*). Desde a independência, o governo indiano tributa as grandes fábricas (intensivas em capital) e isenta as *handloom* (CLARK E WOLCOTT, s.d., p. 29).

mais, utilizar a capacidade ociosa existente e ajudar as regiões mais pobres do país. Visou-se incentivar as indústrias-chave que produziam bens de consumo popular e intensivos em trabalho. Como resultado, a participação do setor primário na renda caiu de 50,6% em 1970/1971, para 40,8% em 1979/1980, aumentando a participação da indústria de 19,8% para 22,4% no mesmo período (Jhingan, s.d., p. 530). Entre 1965/1980, o PIB cresceu apenas 3% ao ano; as exportações aumentaram 3,7% (abaixo da meta do 4º Plano) e as importações 1,6%. A razão exportação/PIB, igual a 4,1%, continuava muito baixa (JHINGAN, s.d., p. 529).

O protecionismo continuava muito forte. A redução da oferta de produtos importados elevava os preços internos. Apesar dos elevados custos, a desigualdade da distribuição de renda pouco se modificou entre 1972/1980. A população vivendo abaixo da linha da pobreza caiu de 51,3% em 1972, para apenas 48,4% em 1980 (Jhingan, s.d., 598). A tentativa de reduzir a pobreza gerou alocação ineficiente dos investimentos e depressiu o crescimento econômico. A substituição indiscriminada de importações levou à adoção de tecnologias com alta relação capital/trabalho, baixa geração de emprego e indústrias com altos custos médios.

As políticas intervencionistas do governo reduziram o crescimento da renda *per capita* para 0,6% ao ano, no período, menos de um terço da taxa obtida entre 1950 e 1965 (Tabela 1). A taxa média de crescimento do PIB total baixou de 4,1% (1º fase) para 3% (fase do socialismo burocrático). A população vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou de 50,5% para 55,4% (Virmani, 2006, p. 17). Esta última fase não logrou êxito na promoção de crescimento e na redução da pobreza, apesar das políticas terem esse objetivo. Medidas como nacionalização de bancos, criação de monopólios e restrições à prática do comércio, regulação do investimento estrangeiro e nacionalização de grandes empresas de carvão, metal, cobre e têxteis, inibiram o crescimento econômico.

No passado, o excesso de controle do Estado sobre as importações estimulava setores-chave (ferrovias, telecomunicações e geração de eletricidade). O governo concedia licença para novos empreendimentos, o que gerava *rent-seeking*.⁵ Assim, ao longo do tempo, em vez de estimular a economia, a intervenção excessiva do governo acabou inibindo a atividade econômica. Os países que mais rapidamente se deram conta disso foram os do Sudeste asiático, como Coreia do Sul e Singapura, que abriram a economia e fizeram rapidamente as reformas econômicas que dinamizaram a economia. Esses países, mesmo quando foram intervencionistas, não reprimiram a iniciativa privada; os subsídios ao juro e ao crédito, quando concedidos, foram mediante cobrança de resultados.

A Índia manteve durante muitas décadas uma significativa interferência, o que prejudicou a ação da iniciativa privada. Estas ações tornaram nulas as políticas socialistas de promover o crescimento da renda *per capita* e a redução da pobreza. Assim, na fase socialista, de economia fechada (1950 a 1980), a Índia cresceu apenas 3,6% ao ano, em média, enquanto Coreia do Sul e Brasil cresceram, respectivamente, 8,1% e 7,4% (NAS-SIF, 2006, p. 28).

As políticas de industrialização produziram o viés urbano, pois o setor agrícola, que correspondia a 50% do PIB total, reduziu seu crescimento de 3,1% entre 1950/65, para 1,5% entre 1965/80. Nos mesmos períodos, a produtividade total dos fatores diminuiu de 1,6% para 0,2%

e o crescimento do PIB *per capita* decresceu de 2,0% para 0,6% (VIRMANI, 2006, p. 19)

O 6º Plano Quinquenal (1980/1985) centrou-se nos setores de energia, transportes, bens de capital e eletrônica. O baixo coeficiente de importações e o grande viés anti-exportação explicavam o alto grau de ineficiência da economia. Excluindo petróleo, as importações representavam 7% do PIB, em 1958, caindo para 4,8% do PIB em 1985; em 1980, a relação exportações/PIB continuava apenas 4% (PANAGARIYA, 2004).

Havia grandes restrições às importações de máquinas, equipamentos e insumos básicos, o que aumentava o preço das exportações, reduzindo sua competitividade. Por outro lado, o governo passou a conceder isenções, incentivos e subsídios às exportações de produtos químicos, plásticos e serviços de engenharia. Isso demonstra a incoerência da política econômica (BHAGWATI e DESAI, 1970, *apud* NASSIF, 2006, p. 24)

Como foi dito, no período de economia fechada, a economia indiana cresceu entre 3 a 4% (Tabela 2), com um pico de 4,7% entre 1974/79 e um mínimo de 0% entre 1978/80. A Índia cresceu a taxas mais baixas no 3º e 4º planos; nos planos mais intervencionistas a taxa de crescimento nem sempre foi maior, salvo no 5º e 6º planos.

O 5º plano apresentou a maior taxa de crescimento econômico para o período de economia fechada; entretanto, ele fracassou na questão da redução da pobreza. Embora o PIB *per capita* tenha crescido a altas taxas desde o 1º Plano (9,8%, no mini-

⁵ Durante muito tempo entendeu-se ser inatingível o desenvolvimento econômico sem a participação do governo. Isso porque existem falhas de mercado, como presença de monopólios e cartelização de setores produtivos. Essas falhas impedem que o produto total da economia atinja o seu máximo. Desse modo, argumenta-se que o governo deveria intervir a fim corrigir falhas de mercado e aumentar o bem-estar social. Entretanto, o crescimento das funções do governo elevou os gastos públicos provocando desperdícios e corrupção, ou seja, as falhas de governo acabaram reduzindo o bem-estar social. Em função desse processo, a partir dos anos de 1980 recrudesceram as críticas ao excesso de intervenção do Estado na economia. Os críticos advogam que o bem-estar da sociedade fica reduzido quando o governo ocupa o lugar do mercado. Na visão desses críticos, o Estado deveria ater-se à realização de suas funções básicas nas áreas da saúde, educação e segurança, deixando ao setor privado a tarefa de cuidar da produção e da distribuição. O excesso de regulamentação acaba provocando perda de eficiência e corrupção, favorecendo alguns grupos, em detrimento da sociedade como um todo, elevando custos privados e sociais. Conseqüentemente, o produto nacional efetivo fica abaixo do produto potencial, gerando menor nível de emprego e renda, arrecadação pública insuficiente, menores gastos sociais e nível de vida mais baixo para a sociedade em seu conjunto. Logo, a busca de ganhos improdutivos ou procura pelo *rent-seeking* reduz o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2005, p. 226).

Tabela 2 – Taxa de crescimento da economia indiana, 1951/1985 (%)

Planos qüinqüenais	PIB a custo de fator (preços de 1991/04)	PIB per capita (preços de 1993/94)	Preços correntes (média anual)	
			Formação bruta de capital	Poupança doméstica bruta
1° (1951/56)	3,6	9,8	9,5	3,9
2° (1956/61)	4,2	13,5	10,9	4,2
3° (1961/66)	2,8	14,6	12,5	4,6
1966/69	3,8	14,7	12,6	4,6
4° (1969/74)	3,3	15,7	15,0	4,9
5° (1974/79)	4,7	17,5	18,0	5,2
1978/80	0,0	21,0	20,7	5,4
6° (1980/85)	5,7	19,7	18,3	5,7

Fonte: Indian planning experience (2001) (<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/AurelioFloriano.pdf>).

Tabela 3 – Taxa de crescimento da economia indiana por setor de atividade, 1951/1985 (%)

Planos	Agricultura	Indústria	Transporte, comunicação	Setor financeiro	Outros serviços
1° (1951/56)	51,9	16,6	10,8	11,4	9,4
2° (1956/61)	48,3	18,8	11,8	12,0	9,1
3° (1961/66)	44,5	21,7	12,6	11,6	9,7
1966/69	46,7	20,7	13,0	10,2	9,4
4° (1969/74)	45,0	22,1	13,2	10,0	9,7
5° (1974/78)	40,5	24,2	15,6	9,5	10,3
1978/80	37,2	26,4	16,5	9,5	10,6
6° (1980/85)	36,6	25,8	16,8	9,3	11,5

Fonte: Indian planning experience (2001) (<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/AurelioFloriano.pdf>).

Obs.: Nos períodos 1966/1969 e 1978/1980 não foram implementados planos, em função da crise econômica.

mo), praticamente a metade da população indiana ainda continuava pobre (conforme a Tabela 1).

No 6° Plano Qüinqüenal, o PIB cresceu 5,7% e a taxa de formação bruta de capital fixo foi de 18,3%. A economia já se encontrava na fase inicial de implementação das reformas econômicas. Com a formação bruta de capital fixo crescendo 15% ao ano, sendo a taxa média de depreciação 10%, a formação líquida de capital aumentou em média 5% ao ano.

Em virtude do viés pró-indústria, na maioria dos planos de desenvolvimento, a agricultura vem decrescendo sua participação na renda nacional. Já a indústria apresentou uma taxa de expansão de 9,2% entre o 1° e o 6° plano (Tabela 3).

O modelo de substituição das importações indiano gerou uma malha industrial diversificada, porém com altos custos médios, mesmo nos segmentos em que possuía

vantagens comparativas (PURSEL, 1992, p. 433 - 434).

No início dos anos de 1980 tornou-se consenso que o modelo de ISI havia definitivamente se esgotado. A ineficiência generalizada da economia e a degradação social tornavam necessária a implementação de reformas liberalizantes (NASSIF, 2006, p.29).

As reformas liberalizantes de base dos anos de 1980

As reformas liberalizantes da Índia possuem duas fases: a) *Reformas de base*: 1980/81 e 1991/92; e b) *Reformas amplas*: 1992/93 e 2003/04 (Virmani, 2006). As reformas da 1ª fase foram superficiais, atendendo as necessidades mais urgentes de mudança. No entanto, elas criaram um ambiente favorável para as reformas da 2ª fase, mais amplas, dos anos de 1990 (PANAGARIYA, 2004, p. 6).

As reformas de base buscaram, em primeiro lugar, modificar o mo-

delo de ISI, incentivando as exportações e liberalizando importações. Em segundo lugar, procurou-se aumentar a competição entre os agentes econômicos nos diferentes setores e mercados. Essas reformas atacaram as duas falhas mais relevantes do regime anterior: o controle doméstico da produção e do investimento e o controle do comércio externo.

As medidas adotadas implicaram na adaptação da economia interna, preparando os empresários e as indústrias nacionais para competir com os concorrentes estrangeiros. Tais ações faziam-se necessárias, uma vez que a política praticada até então, desencorajava o investimento e a produção; isso limitava a exploração de economias de escalas e a obtenção de retornos crescentes, com a redução dos custos médios, mudanças técnicas, aumento de produtividade e crescimento.

As reformas de base foram internas e externas. As principais medidas referentes à economia interna se traduziram por: a) remoção do controle de preços das indústrias de cimento e alumínio; b) aumento do número de produtos que uma determinada firma poderia produzir, sem necessidade de licença prévia do governo; c) aumento do limite dos investimentos industriais destinados à substituição e à modernização do estoque de capital das empresas, o que permitiu a geração de economias de escala; d) aumento dos investimentos sem a necessidade de licença prévia do governo; e) permissão às pequenas empresas investirem até os valores limites das empresas de grande escala; f) redução dos direitos de monopólio do governo na importação de itens considerados estratégicos; g) pequena reforma tributária e do mercado de capitais (VIRMANI, 2006, p. 23).

Quanto ao aspecto tributário, objetivou-se reduzir os impostos sobre a renda, a propriedade e o consumo, que se encontravam excessivamente altos; buscou-se, também, simplificar o sistema que estava de veras complexo. Por exemplo, o imposto incidente sobre o capital pos-

suía uma taxa de quase 100%. O imposto de renda reduziu-se de 78% para 62%. No lugar dos vários impostos sobre o consumo, criou-se o imposto sobre o valor adicionado, que habilitou os fabricantes a deduzir os impostos pagos na importação de insumos. A partir de 1990, a maioria dos setores manufatureiros passou a ser regida por essa regra, exceto os produtores de petróleo, têxtil e tabaco. Essas medidas reduziram a taxa sobre a produção e a distorção a ela associada (Panagariya, 2004, p. 17).

As reformas externas seguiram o padrão clássico de mudar a estratégia de substituição das importações por um regime de promoção das exportações, semelhante ao realizado por países como Coreia do Sul, Taiwan e China. Assim, as principais medidas foram: a) redução e, em alguns casos, isenção total das tarifas de importação visando aumentar a disponibilidade interna de insumos e bens de capitais; b) redução dos impostos de consumo e disponibilização para o mercado doméstico de insumos brutos a preços internacionais; c) obrigatoriedade de parte da produção de cada empresa ser voltada para a exportação, com liberdade de ajuste da mesma em função das condições do mercado; d) criação de zonas de processamento à exportação, com isenções fiscais;⁶ e) facilidade de crédito e redução dos juros; d) redução do imposto de renda sob o lucro oriundo das exportações de bens e serviços;

Além dessas medidas, houve liberalização comercial através de taxa de câmbio mais realista. No curto prazo, a desvalorização cambial é um importante instrumento se o país deseja estimular as exportações e promover o crescimento econômico.

Entre os preços macroeconômicos, a taxa de câmbio é o mais estratégico; é o que tem efeitos mais poderosos e quase imediatos sobre a economia (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 114).

Isso pôde ser observado na Índia, que desvalorizou a rúpia 30% entre 1974/75 e 27% entre 1978/79. Desse modo, a taxa anual de crescimento da

Tabela 4 – Taxa de crescimento anual do PIB e exportações, importações e saldo comercial da Índia em relação ao PIB, 1970/71 a 1989/90 (%)

Ano	PIB	Exportações/PIB	Importações/PIB	Saldo comercial/PIB
1970/71	5,0	3,3	3,3	0,0
1971/72	1,0	3,3	3,3	0,0
1972/73	-0,3	3,6	3,1	0,5
1973/74	4,6	3,8	3,7	0,1
1974/75	1,2	4,3	4,3	0,0
1975/76	9,0	4,8	4,9	-0,1
1976/77	1,2	5,7	4,1	1,6
1977/78	7,5	5,3	4,4	0,9
1978/79	5,5	5,2	4,7	0,5
1979/80	-5,2	5,3	4,9	0,4
1980/81	7,2	4,7	5,1	-0,4
1981/82	6,0	4,5	5,0	-0,5
1982/83	3,1	4,0	4,6	-0,6
1983/84	7,7	3,7	5,0	-1,3
1984/85	4,3	4,0	4,8	-0,8
1985/86	4,5	3,7	5,3	-1,6
1986/87	4,3	3,9	5,6	-1,7
1987/88	3,8	4,2	5,1	-0,9
1988/89	10,5	4,7	5,7	-1,0
1989/90	6,7	5,5	6,0	-0,5

Fonte: Panagariya (2004)

Obs.: Não foram consideradas as exportações e importações de petróleo.

economia passou de 1,2% em 1974/75, para 9% em 1975/76 e 7,5% em 1977/78 (PANAGARIYA, 2004, p. 17).

O impacto das reformas refletiu-se em várias áreas. As importações e exportações na década de 1970 e na segunda metade da década de 1980 praticamente dobraram; as primeiras são explicadas pela retirada das barreiras comerciais; enquanto as segundas se devem à desvalorização da taxa de câmbio (Tabela 4). O PIB cresceu -5,2% em 1979/80, recuperando-se no ano seguinte (+7,2%), para atingir +10,5% em 1988/89. Observa-se que a participação das exportações e importações no PIB continuava baixa e inferior a 5% até 1976 (exportações) e 1980 (importações). Com as reformas, o saldo comercial/PIB tornou-se negativo após 1980/81, pelo aumento das importações de máquinas, equipamentos e insumos básicos, requeridos para a modernização e o crescimento da economia.

A queda das barreiras comerciais criou condições para o rápido cres-

cimento dos anos de 1980. Em função das restrições às importações no antigo regime, havia demanda reprimida por vários tipos de bens e o capital fixo das empresas apresentava elevado grau de obsolescência. Deste modo, logo após o afrouxamento dos controles, ocorreu intensa importação de bens de capitais e de bens intermediários, que aumentou o nível tecnológico das empresas indianas. Tal constatação evidencia-se pelo significativo crescimento da produtividade total dos fatores (PTF).

A PTF cresceu apenas 0,2% entre 1965/66 e 1979/80 (Tabela 1), percentual que subiu para 2,6% entre 1980/92 (VIRMANI, 2006, p. 26). Esse grande crescimento se explica pelo esforço da Índia em criar um setor de bens de capitais desde a sua independência. A taxa de investimento total da economia se manteve acima de 6% desde então, sendo 6,1% entre 1951/52 a 1979/80 e de 6,3% entre 1980/81 e 2003/04 (VIRMANI, 2006, p. 10).

⁶ A criação de zonas exportadoras buscou criar conglomerados de empresas (cluster) a fim de gerar economias externas, situação em que a concentração da produção de uma indústria em algumas áreas reduz os custos da indústria, mesmo se as firmas individuais dentro dela permanecerem pequenas (KRUGMAN, 2005, p. 110).

Durante os dois primeiros Planos Quinquenais, o país começou a implantar a indústria de bens de capital, que desenvolveu nas décadas de 1960 e 1970. Tal iniciativa ocorreu com forte protecionismo e importação de bens de capitais tecnologicamente inferiores oriundos da então União Soviética. A tecnologia incorporada pela indústria indiana durante o “regime fechado” já era, na época, obsoleta (VIRMANI, 2006, p. 37). Porém, a partir da década de 1980, a Índia passou a importar bens de capital de outros países, motivo pelo qual o parque industrial indiano modernizou-se e a PTF aumentou, principalmente entre 1984/88. Isso elevou o crescimento da indústria de 6,2% em 1984/88, para 9,2% em 1988/91. A idéia de que o crescimento industrial foi, em parte, explicado pelo aumento da PTF justificase pelo fato do investimento privado ter se mantido constante no período. Assim, o crescimento da indústria está relacionado com as reformas dos anos de 1980 (PANAGARIYA, 2004, p. 21).

A Tabela 5 mostra que, enquanto a receita pública atingia 11,8% do PIB, em 1980, e 13,5% em 1990, a despesa pública subia de 18,3% para 22,6%, no mesmo período. Observa-se que o crescimento econômico da Índia foi sustentado pelos gastos públicos. Em todo o período, os gastos públicos em relação ao PIB foram crescentes, com a presença de déficit orçamentário em todos os anos. Esses déficits foram financiados por emissão de títulos públicos em moeda local e por empréstimos externos.

A dívida externa cresceu fortemente na segunda metade dos anos de 1980 com empréstimos de longo prazo, aumentando de uma média anual de US\$1,9 bilhão entre 1980/1985, para US\$ 3,5 bilhões entre 1985/1990. A razão déficit externo/PIB passou de 17,7% em 1984/85 para 24,5% em 1989/90 (Panagariya, 2004, p. 22). No mesmo período, a economia indiana importou três vezes mais do que exportou, gerando grandes saldos comerciais negativos (Tabela 4), em parte financiados por empréstimos externos.

Tabela 5 - Receitas, despesas e saldos fiscais consolidados na Índia, 1980/1990 (%)

Período	Receita/PIB	Despesa/PIB	Saldo/PIB
1980	11,8	18,3	-6,5
1981	12,3	17,8	-5,5
1982	12,6	18,6	-6,0
1983	12,3	18,7	-6,4
1984	12,7	20,3	-7,6
1985	13,8	22,3	-8,5
1986	14,4	23,7	-9,3
1987	14,4	22,8	-8,4
1988	14,1	22,2	-8,1
1989	14,8	22,7	-7,9
1990	13,5	22,6	-9,1

Fonte: Nassif (2006, p. 37).

Apesar do grande aumento da dívida externa (US\$ 20,6 bilhões em 1980/81 e US\$ 64,4 bilhões em 1989/90), Joshi e Little (1994, p. 186) atribuem aos empréstimos externos um dos principais fatores do crescimento econômico indiano no período. Porém, o crescimento econômico não poderia sustentar-se no longo prazo porque a economia estava se dirigindo a um estado de insolvência. No âmbito interno ocorria algo semelhante. Os empréstimos externos ajudavam a aliviar a pressão pelo lado da oferta, aumentando os gastos públicos domésticos correntes, fornecendo um estímulo à demanda, principalmente no setor de serviços. Contudo, a taxa de inflação já superava dois dígitos. Com a expansão da dívida pública, interna e externa, o nível dos juros cresceu expressivamente, comprometendo grande parte das receitas públicas. Paralelamente, os déficits em conta corrente cresceram sem parar até atingir em 1990/9 13,5% do PIB e 43,8% das exportações (PANAGARIYA, 2004, p. 22).

Com a crise da dívida externa, em 1991, o governo indiano firmou um acordo com o FMI. Em contrapartida da ajuda financeira, comprometeu-se a executar políticas fiscais, monetárias e cambiais ortodoxas para estabilizar a economia. Adotou medidas de longo prazo para corrigir desequilíbrios, como políticas industriais e comerciais, com estímulos ao ingresso de investimentos estrangei-

ros e flexibilização do setor financeiro. A implementação dessas medidas deu origem às reformas dos anos de 1990.

Aprofundamento das reformas nos anos de 1990

As reformas liberalizantes dos anos de 1990 foram uma continuação das reformas anteriores, diferenciando-se quanto à ênfase e velocidade de implementação. A estratégia de substituição de importações ainda presente nos anos de 1980 foi substituída por liberalização mais intensa das importações. Nesse sentido, buscou-se restaurar ainda mais a competição entre os agentes econômicos pela eliminação de restrições às importações. Várias medidas concernentes aos setores externos, financeiro, monetário, fiscal e tributário foram revisadas.

A crise do balanço de pagamentos de 1991 ajudou a obter a aceitação e o apoio dos meios acadêmicos e políticos, ao evidenciar que as perspectivas anteriores de crescimento não seriam sustentáveis no longo prazo (PANAGARIYA, 2004, p. 14). Para enfrentar essa crise, eliminaram-se os controles e restrições que limitavam e distorciam a competição no mercado produtivo, além de limitar o acesso ao capital e à tecnologia. O sistema de licenciamento das importações foi praticamente eliminado, salvo para produtos agrícolas e bens de consumo conspicuos constantes na chamada “lista negativa”.

Para facilitar o acesso a esses produtos, criou-se um título de emissão para importá-los. Esse título podia ser negociado no mercado. Na prática, esse sistema conservou os vícios do antigo regime (NASSIF, 2006, p. 41).⁷

Nos anos de 1980 foram criadas zonas exportadoras, que se destinavam a abrigar empresas exportadoras beneficiadas por isenções fiscais; porém, por falta de infra-estrutura, essas zonas não obtiveram o desenvolvimento esperado. Nas reformas dos anos de 1990, buscou-se corrigir essa deficiência, continuando-se com esses conglomerados de empresas geradoras de economias externas.

Ao longo da década de 1990, o governo indiano adotou taxa de câmbio flutuante, mas procurou desvalorizar a rupia, sempre que julgava necessário, a fim de manter a competitividade dos produtos indianos no cenário internacional. Em 1991, a rupia foi desvalorizada 22% em relação ao dólar norte-americano; a taxa de câmbio passou de Rs 21,2/US\$ para Rs 25,8/US\$. Em 1992, o governo introduziu o sistema dual, composto por taxas administradas pelo Banco Central da Índia e por taxas determinadas pelo mercado. Os contratos de importação eram fechados pelo câmbio livre, assim como 60% das exportações; os demais 40% das exportações eram feitas pelo câmbio oficial (desvalorizado e favorável). Esse sistema dual durou até 1993, quando foi revogado (PANAGARIYA, 2004, p. 24).

A Figura 1 mostra que a taxa de câmbio real da Índia desvalorizou-se entre 1970 e 2004, como é o caso da maioria dos países do Sudeste Asiático, para garantir a competitividade das exportações. Contudo, a partir de 2000 a rupia vem se apreciando; porém, em relação a 1985, ela ainda apresenta uma desvalorização de 20%. Deste modo, apesar da Índia trabalhar com a taxa de câmbio flutuante após as reformas liberalizantes dos anos de 1990, ela sempre procurou conduzi-la, visando estimular suas exportações.

No âmbito interno, praticou-se uma política industrial com o intuito de romper definitivamente com o

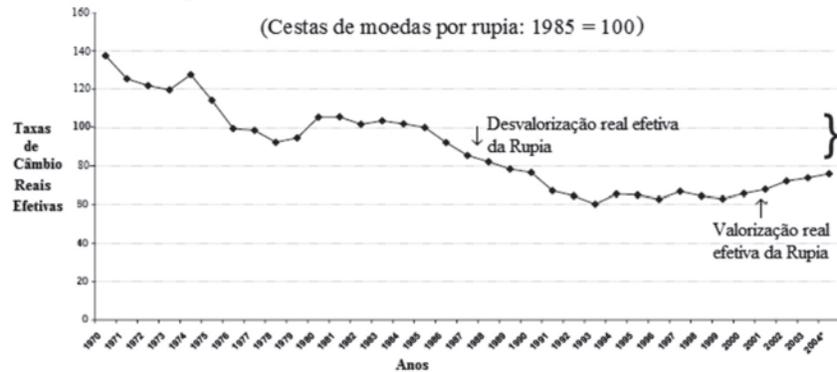


Figura 1 – Taxas de câmbio reais efetivas da Índia, 1970/2004

Fonte: Nassif (2006, p. 45).

antigo regime. Assim, as licenças para investimentos industriais foram abolidas, salvo para as indústrias de materiais bélicos, substâncias atômicas, química perigosa e narcótica, destilação e fermentação de bebidas alcoólicas e cigarros, charutos e manufaturas de tabacos e substitutos. Os monopólios públicos em diversos setores foram extintos e deu-se início a uma política de aprovação automática para investimentos estrangeiros diretos acima de 51% do capital das empresas, exceto para os monopólios públicos ainda existentes.

Em função dos saldos fiscais negativos dos anos de 1980 e da crise do balanço de pagamentos de 1991, havia poucos recursos públicos para investimento em setores importantes, como infra-estrutura. Logo, tornou-se necessário a privatização de empresas públicas, como telecomunicações, através da venda de ações. Em quase todos os setores, os monopólios públicos foram quebrados, salvo nos transportes ferroviários e energia atômica.

As novas regras para os investimentos estrangeiros diretos foi outro ponto marcante de ruptura do antigo regime. Antes, eles só eram permitidos nos casos em que acarretassem transferência de tecnologia. De modo algum poderiam ultrapassar 40% do capital das empresas nacionais (NASSIF, 2006, p. 45).

Com as reformas liberalizantes, além da liberalização do acesso dos IED para todos os setores, podendo

ultrapassar 51% do capital das empresas, também foram retiradas as restrições às remessas de lucros e dividendos pelas empresas multinacionais. Além da aprovação automática, na maior parte dos casos, os IED passaram a ficar isentos de tributos aduaneiros, quando se destinam a empresas produtoras de software e hardware. Porém, no caso de representarem mais de 24% do capital de pequenas e médias empresas é preciso a aprovação do Ministério da Indústria e do Comércio da Índia (NASSIF, 2006, p. 45).

O setor de seguros, antes monopólio do governo, passou a receber IED em até 26% do capital. As telecomunicações, privatizadas, foram submetidas à maior abertura, incluindo o acesso ao IED com participação máxima de 49%, tanto para telefonia móvel como para a fixa. As empresas do setor de tecnologia da informação das zonas exportadoras podem ter até 100% do capital em IED. Em certos casos, o mesmo ocorre para empresas do setor de infra-estrutura, principalmente a da construção de túneis, pontes e portos.

O setor elétrico já passou por várias tentativas de privatização; entretanto, nenhuma iniciativa logrou êxito. Da mesma forma, o setor bancário continua sendo predominantemente ocupado pelo setor público; foi autorizada a participação do setor privado neste segmento, inclusive de instituições estrangeiras, as

⁷ Essa restrição quantitativa às importações só viria a ser definitivamente extinta em abril de 2001, após intensa pressão de parceiros comerciais junto à Organização Mundial do Comércio.

quais podem abrir um número específico de filiais por ano. O limite para os IED nos bancos é de 74%. Houve preocupação em adaptar as instituições de crédito aos requisitos instituídos no Acordo de Basileia.⁸ Assim, diminuiu-se o crédito a setores tradicionalmente inadimplentes como a agricultura e as pequenas e médias empresas (NASSIF, 2006, p. 51).

Resultados das reformas dos anos de 1990

Na década de 1990, o comércio exterior aumentou expressivamente, indicando que as políticas comerciais deram bons resultados. Em 1990/91, as exportações montaram a US\$ 18,5 bilhões, atingindo US\$ 45,5 bilhões em 2000/01 (+146%); as importações subiram de US\$ 27,9 bilhões, para US\$ 57,9 bilhões (+107%). Em todo o período, a balança comercial foi deficitária; o déficit evoluiu de US\$ 9,4 bilhões para US\$ 12,5 bilhões. No entanto, em relação ao PIB, ele caiu de 5,3% para 4,4%. Isso indica que, embora as importações tenham crescido substancialmente, em função da elevação da renda, as exportações cresceram mais rapidamente pelos incentivos recebidos.

Em relação aos anos de 1980, o comércio exterior apresentou maior crescimento, em função da diferença de intensidade das reformas realizadas na duas décadas. A relação exportações/PIB praticamente dobrou, evoluindo de 7,3% em 1990/91 para 14% em 2000/01. Já a relação importações/PIB aumentou de 9,9% para 16,6%, no mesmo período (Tabela 6).

A partir dos anos 2000/01, as exportações e importações cresceram ainda mais do que na década anterior, atingindo até 2006/07 uma variação de 179% e 231%, respectivamente. Verifica-se ainda que o déficit comercial tem se acentuado nos últimos anos, principalmente após 2004. Contudo, o expressivo aumento das importações após 2000 é menos preocupante do que nos anos de 1990, quando foram financiadas por empréstimos externos. Esses déficits não decorrem apenas da abertura comercial, mas também do maior rit-

Tabela 6 – Balança comercial e taxa de crescimento real do PIB indiano, 1990/2007

Anos	US\$ milhões			Taxa de crescimento real anual do PIB (%)
	Exportações	Importações	Balança Comercial	
1990/91	18.477	27.915	-9.438	5,3
1991/92	18.266	21.064	-2.798	1,4
1992/93	18.869	24.316	-5.447	5,4
1993/94	22.683	26.739	-4.056	5,7
1994/95	26.855	35.904	-9.049	6,4
1995/96	32.310	43.670	-11.360	7,3
1996/97	34.133	48.948	-14.815	8,0
1997/98	35.680	51.187	-15.507	4,3
1998/99	34.298	47.544	-13.246	6,7
1999/00	37.542	55.383	-17.841	6,4
2000/01	45.452	57.912	-12.460	4,4
2001/02	44.703	56.277	-11.574	5,8
2002/03	53.774	64.464	-10.690	3,8
2003/04	66.285	80.003	-13.718	8,5
2004/05	85.206	118.908	-33.702	7,5
2005/06	105.152	156.993	-51.841	9,0
2006/07	127.090	191.995	-64.905	9,4

Fonte: Reserve Bank of India (<http://www.rbi.org.in/scripts/PublicationsView.aspx?id=9650>).

mo de crescimento econômico. Nos anos em que a Índia apresentou maior crescimento econômico também apresentou os maiores déficits na balança comercial, como a partir de 2003.

A taxa média de crescimento anual da economia indiana foi de 5,7% na década de 1990 e de 7% a partir dos anos 2000. A taxa de crescimento hindu, em torno de 4% ao ano, entre 1950 e 1980, foi definitivamente superada. Os anos de menor crescimento econômico foram 1991 e 1997. Em 1991, quando o PIB cresceu apenas 1,4%, houve a crise do balanço de pagamentos, mas o menor déficit comercial (US\$ 2,8 bilhões). Em 1997, a economia cresceu 4,3%, praticamente a metade do ano anterior, quando o PIB cresceu 8%, apesar da crise asiática ocorrida naquele ano. As medidas voltadas para o setor de serviços surtiram algum efeito. Em termos gerais, ele cresceu 6,9% na década de 1980 e 8,1% nos de 1990, quando houve rápido crescimento das telecomunicações e dos serviços financeiros, estes com gran-

de aumento da competitividade (PANAGARIYA, 2004, p. 27).

O lado frustrante das reformas foi o menor desempenho da indústria. Ela cresceu menos na década de 1990 (6,4%) do que nos anos de 1980 (6,8%). Segundo Panagariya (2004, p. 27), isso se deve às leis trabalhistas, que oneram as folhas de pagamento das empresas, desestimulando a entrada de novas firmas no mercado e o surgimento de economias de escala na indústria.

Em termos setoriais, contudo, a agricultura vem diminuindo sua participação na renda nacional. Em 1951, este setor representava 50% do PIB, refluindo para 27% em 2000, mesmo percentual obtido pelo setor industrial nesse mesmo. O grande destaque da economia indiana vem sendo o setor de serviços que em 2000 representava a 46% do PIB (CHAUVIN, 2003, p. 23 e INDIAN PLANNING EXPERIENCE – A STATISTICAL PROFILE, 2001, p.15).

Entre 1950 e 2000, a economia indiana se industrializou, embora a

⁸ Acordo firmado em 1988 por mais de 100 países. Ele estabeleceu as condições que os bancos comerciais devem atender, visando os riscos de crédito. O Acordo introduziu um padrão uniforme para o cálculo do capital regulatório mínimo requerido para os bancos internacionalmente ativos.

indústria só tenha se tornada competitiva em nível mundial após as reformas liberalizantes dos anos de 1990, quando foi modernizada pela importação de novas tecnologias. Outra mudança ocorreu na pauta de exportação. Entre 1990 e 2007, as exportações de produtos primários caíram de 23,8% do total, para 15,5%. A participação das exportações de produtos manufaturados também se reduziu no período, caindo de 71,6% para 65,6%. Isso se explica pela expansão das exportações dos serviços e porque a indústria não cresceu conforme o esperado.

No interior do setor industrial, o aspecto positivo foi o aumento das exportações de produtos químicos, petróleo e serviços industriais de engenharia, cuja participação nas exportações totais passou, respectivamente, de 13% para 20%, 2,8% para 14,7% e de 17% para 35% (Reserve Bank of India). Isso se explica porque no processo do desenvolvimento econômico ganham participação na pauta exportadora os produtos com maior conteúdo tecnológico e níveis de conhecimento, em detrimento de produtos menos elaborados, com menor conteúdo tecnológico e valor agregado inferior.

Investimentos estrangeiros e controle de capitais na Índia

A política de liberalização dos IED foi bem sucedida, pois o grande influxo de capitais coincidiu com crescimento econômico mais expressivo; houve atração de grandes empresas multinacionais, como Motorola, Hewlett-Packard e Cisco Systems (NASSIF, 2006, p. 46). Até 1990, o afluxo de IED na Índia era inexpressivo. Com as reformas estruturais de 1991, ele aumentou significativamente. Em 1990/91, a Índia recebeu US\$ 103 milhões, cifra que atingiu US\$ 4,6 bilhões em 1995/96 e US\$ 17 bilhões em 2005/06.

Em 1990/91, os investimentos estrangeiros eram compostos fundamentalmente por IED; uma minoria era investimento em portfólio. A partir de 1995, estes últimos se intensificaram. Isso se deve à pressão do FMI, que defendia a entrada deste

Tabela 7 – Distribuição Setorial dos IED na Índia, 1992/2001 (%)

Setor/Indústria	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Química	17	18	16	9	15	9	19	8	7
Engenharia	25	8	15	18	35	20	21	21	14
Aplicação Doméstica	6	1	12	0	1	2	0	0	0
Financeiro	1	10	11	19	11	5	9	1	2
Serviços	1	5	11	7	1	11	18	7	12
Eletrônicos e Equip. Elétricos	12	14	6	9	7	22	11	11	11
Alimentos	10	11	7	6	12	4	1	8	4
Computação	3	2	1	4	3	5	5	6	16
Farmacêutico	1	12	1	4	2	1	1	3	3
Outros	25	19	19	24	14	22	13	35	30
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Planning Commission (2002)

tipo de capital externo para aplicações em títulos financeiros, contrariando o desejo do governo e do setor privado indiano que tinham forte resistência aos capitais de curto prazo (NASSIF, 2006, p. 46).

Não obstante, a Índia continuou com o controle de capitais de curto prazo, para proteger o país contra a instabilidade externa. Foram adotadas medidas bastante cautelosas, como a fixação inicial de 5% (depois ampliado para 10%) das aplicações dos investidores institucionais. O total dessas aplicações não pode exceder 30% do capital das empresas.

Em 1997, o fluxo do investimento estrangeiro caiu pela crise asiática; mas, em 1998, ele voltou a subir, dando sinais de que a Índia não foi influenciada pela crise russa, como aconteceu com o Brasil e a Argentina (NASSIF, 2006, p. 47). A conta de capitais tem apresentado superávits, confirmando o acerto do controle de capitais. Aliado a esse sucesso, o grande afluxo de capitais externos tem permitido ao país adquirir divisas e aumentar as reservas internacionais, prevenindo nova crise de balanço de pagamentos. O expressivo afluxo de capitais provoca a apreciação da rupia; porém, o governo tem divisas para intervir no mercado e evitar a valorização de sua moeda em termos reais em termos reais (NASSIF, 2006, p. 51).

Cumprir destacar a relevância do controle de capitais adotado na Índia. Ao mesmo tempo em que torna esse país menos vulnerável às crises internacionais, isso possibilita crescer de

forma duradoura mesmo com déficits em conta corrente. Isso ocorre porque, na Índia, essa poupança externa transforma-se em investimento e não em consumo. Desde a abertura econômica, esse país possui uma demanda reprimida por bens de capital; além disso, desde 1980, tem havido um substancial aumento da participação do lucro na renda nacional (FAN, 2005, p. 11). Isso explica porque a economia indiana tem convertido a poupança externa em investimento e não em consumo. Ademais, a adoção do controle de capitais tem permitido a economia indiana restringir o excessivo afluxo de investimentos estrangeiros no país, o que poderia torná-la vulnerável a crises de âmbito internacional.

Essa é uma circunstância, admitida por Bresser-Pereira (2007, p. 140), em que a poupança externa (o déficit em conta corrente) pode contribuir para o desenvolvimento econômico. Este caso é justamente o atual cenário indiano: altas taxas de crescimento econômico, grande volume de importações de bens de capital e afluxo de capitais de risco.

Os setores que mais receberam IED no período foram os setores de engenharia, serviços, equipamentos eletrônicos e de computação (Tabela 7). O setor de engenharia, em 1992/93, era o que mais recebia IED, com 25% do total. Em 2000/01, sua participação no total reduziu-se para 14%, sendo ultrapassado pelo setor de computação, cuja participação evoluiu no mesmo período de 3% para 16%.

Em terceiro lugar no *ranking* dos setores que mais receberam IED nos anos de 1990, está o setor de serviços, que passou de 1% para 12%. Os setores químicos e alimentícios diminuíram sua participação, ao passo que os setores eletrônicos e financeiros praticamente mantiveram-se constantes, não alterando o volume de IED recebido.

Apesar do grande aumento dos investimentos estrangeiros desde as reformas dos anos de 1990, ainda existe controle das entradas e saídas de capitais. Quanto à saída, somente é permitido às firmas nacionais investirem em ações ou títulos de renda fixa ou pós-fixada até 25% do valor líquido das companhias estrangeiras, desde que estas possuam 10% do capital das empresas indianas. No tocante a entrada de capitais, os investidores estrangeiros podem aplicar até 30% dos seus investimentos totais em títulos; todavia é proibida a compra destes títulos por investidores não-residentes de origem não indiana (NASSIF, 2006, p. 49).

Na década de 1980, apesar do crescimento econômico ter superado os níveis do passado, ele foi instável. A partir dos anos de 1990, ele mostrou-se mais estável e sustentado. A economia estava menos vulnerável às crises internacionais. Isso se deve ao controle de capitais exercido pelo país, uma grande estratégia do desenvolvimento da Índia.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurou-se mostrar que o desenvolvimento da Índia, após a sua independência, foi caracterizado por duas fases, uma com economia fechada (1950/1980) e outra com economia aberta, após as reformas liberalizantes. Até a década de 1980, a excessiva interferência do governo na economia prejudicava o desempenho da iniciativa privada. A excessiva burocratização e a falta de investimentos tornavam o sistema ineficiente e com baixas taxas de crescimento econômico. No primeiro período, a economia cresceu 3,6% ao ano, em média, caracterizando o chamado “crescimento hindu”. A estagnação tornou clara a

necessidade de alteração na atuação do governo.

Essas mudanças tomaram corpo através das reformas liberalizantes na segunda metade dos anos de 1980 e aprofundadas nos anos de 1990. Seus objetivos foram restaurar a liberdade dos agentes e aumentar a inserção da Índia no comércio internacional. Elas significaram a adoção de uma estratégia de crescimento voltado para fora, levando a economia a crescer mais rapidamente, superando a taxas de “crescimento hindu”. O planejamento econômico não deixou de ser praticado, embora a atuação direta do governo na economia tenha diminuído.

A taxa de crescimento da economia indiana foi de 5,6% nos anos de 1980, 5,7% na década de 1990 e 7% entre 2000/2007. Nos últimos anos o crescimento econômico foi mais estável, sustentado e duradouro.

Ao contrário do período de economia fechada, o governo procura criar um ambiente favorável para a iniciativa privada; ele atua conjuntamente com ela visando o desenvolvimento. Exemplo dessas medidas é o controle de capitais adotado pelo governo, o que torna a economia indiana menos vulnerável a crises internacionais. Também merece destaque a busca de uma taxa de câmbio sempre favorável às exportações.

As reformas liberalizantes não foram as únicas causas do expressivo crescimento econômico indiano; porém, elas tiveram participação decisiva na mudança da estratégia de desenvolvimento, orientando o setor produtivo para fora e mudando todo o cenário econômico da Índia. Mudanças políticas e institucionais também contribuíram com o crescimento acelerado. Porém, para sustentar o atual desempenho econômico será preciso que a Índia resolva os gargalos de infra-estrutura; elimine o déficit fiscal; reforme as leis trabalhistas e modernize o setor financeiro. Embora o crescimento econômico exija grandes esforços do governo e da sociedade, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico da Índia são plenamente atingíveis no curto prazo.

Referências

BANCO CENTRAL DA ÍNDIA. (<http://www.rbi.org.in/home.aspx>. Acessado em 08/02/2008).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação: crítica a ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

CHAUVIN, Sophie; LEMOINE, Françoise. *India in the world economy: traditional specialisations and technology niches*. Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII), Aug. 2003.

EXTENDED PENN WORLD TABLES. (http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt_index.php. Acessado em 18/09/2007).

FAN, Emma; FELIPE, Jesus. *The diverging patterns of profitability, investment and growth of China and India, 1980-2003*. The Australian National University, Nov., 2005.

FLORIANO, Aurélio P. *A desindustrialização da África Sub-Sahariana e o impacto dos programas de estabilização e ajustamento estrutural: o caso dos PALOP's*. Coimbra. (http://www.ces.uc.pt/lab_2004/pdfs/AurelioFloriano.pdf. Acessado em 06/8/2007).

INDIAN PLANNING EXPERIENCE. *A statistical profile, 2001*. (<http://planningcommission.nic.in/>. Acessado em 01/8/2007).

JHINGAN, M. L. *The economics of development and planning*. 5ª ed. Parte 6 – *Planning in India*, p. 503-681.

JOSHI, Vijay; LITTLE, I. M. D. *India: macroeconomic and political economy 1964-1991*. Washington (D.C.): World Bank, 1994.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional teoria e política*. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950-2004, da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?* Rio de Janeiro: BNDES, jan. 2006.

PANAGARIYA, Arvind. *India in the 1980s and 1990s: a triumph of reforms*. Department of Economics. University of Maryland, 2004.

PURSEL, Gary. Trade policy in India. In: SALVATOE, Dominick (ed.) *National trade policies*. Nova York: Greenwood Press, 1992.

RESERVE BANK OF INDIA: Annual report 2006-07, 2007.

SOUZA, Nali de J. Conceito e aplicação da teoria da base econômica. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo,

UNISINOS, março 1980 (www.nalij.souza.web.br.com).

SOUZA, Nali de J.. *Desenvolvimento econômico*. 5° ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIRMANI, Arvind. *The dynamics of competition: phasing of domestic and external liberalization in India*. Working Paper 4/2006 - Planning Commission. Government of India, 2006.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

GRUPOS DE PESQUISA

GPAGRO	DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA DO AGRONEGÓCIO
GEAL	ECONOMIA CULTURAL
GPRECHIR	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TECNOLÓGICO DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA
OSPBA	OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA
GPTURIS	GRUPO DE PESQUISA EM TURISMO E MEIO AMBIENTE
LABTUR	LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
LTECS	LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

